

2010. 4/2010

Secção de Expediente
e Assuntos Gerais
Está conforme o original
PRODUTOS
Olhão, 07 / 04 / 2014

L.º11-034
Fls. 034

Escritura de Constituição da Empresa Municipal
denominada AMBIOLHÃO- Empresa Municipal
de Ambiente de Olhão, E.M.

_____ Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, nesta cidade de Olhão, no edifício sede do Município de Olhão, perante mim, Maria da Conceição Janeiro Godinho Calhau, notária privativa da mesma Câmara, compareceu como outorgante **FRANCISCO JOSÉ FERNANDES LEAL**, casado, natural da freguesia da Luz, concelho de Tavira, residente na Rua Magalhães Lima, n.º 45, na Vila e freguesia da Fuseta, deste concelho, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Olhão, e em representação do respectivo Município, pessoa colectiva de direito público n.º 506 321 894.

_____ Verifiquei a identidade, a qualidade e os poderes do outorgante por ser do meu conhecimento pessoal, e os poderes para o acto conferidos por deliberação de Câmara de 28 de Outubro de 2009, que arquivo, _____

E por ele foi dito: _____

_____ Na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Olhão de 23 de Dezembro de 2010, foi deliberado aprovar, sob proposta da Câmara Municipal e efectivamente aprovado na reunião extraordinária realizada no dia 17 de Dezembro de 2010, a constituição da Empresa Municipal, entidade do sector empresarial local, (EM) que se regerá pelo DL n.º 194/2009, de 20 de Agosto e pela Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, na qual o Município, nos termos do art.º 4 do n.º 2 da Lei acima referida, detém a totalidade do capital social e que tem por objecto a exploração das actividades de interesse geral de construção de redes de água e esgotos, de gestão, exploração, manutenção e conservação dos sistemas públicos de distribuição de água para consumo público, de recolha e rejeição de águas residuais domésticas e pluviais, de

recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, de manutenção, requalificação e gestão de espaços verdes e de realização de projectos relativos à área ambiental do município, bem como de prestação de serviços conexos com essas actividades. _____

_____ Pela presente escritura e em execução das deliberações atrás referidas, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º e da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Município de Olhão, seu representado, constitui a empresa municipal, com a firma "AMBIOLHÃO - Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM", que se regerá pelas indicadas disposições legais e pelos estatutos aprovados pelos órgãos competentes, que me foram apresentados e que se arquivam como documento complementar, elaborado nos termos do art.º 64.º do Código do Notariado, lidos e rubricados e que ficam a fazer parte integrante desta escritura e subsidiariamente pelo regime das empresas públicas e previsto na Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e no que neste não for especialmente regulado, pelo código das sociedades comerciais.

_____ Assim o disse e outorgou. _____

_____ Foram-me exibidos: _____

_____ a) Certificado de admissibilidade de firma ou denominação n.º. 2010051637 com o código n.º 7313-7014-5762, emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas em 20 de Dezembro de 2010; _____

_____ b) Documentos comprovativos da constituição do capital social, sendo o depósito em numerário no valor de € 49.929,12 (quarenta e nove mil novecentos e vinte e nove euros e doze cêntimos). _____

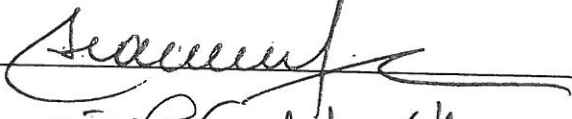
_____ Arquivo no maço de documentos respeitantes a este acto, conforme referência feita no texto: _____

_____ a) O referido documento complementar contendo os estatutos da empresa;

_____ b) Certidão da deliberação tomada pela Câmara Municipal para a constituição da presente empresa, da qual constam os documentos mencionados no art.º 9º, n.º 1 da Lei n.º 53-F/06, de 29 de Dezembro;

: _____ c) Certidão tomada pela Assembleia Municipal. _____

Esta escritura e o indicado documento complementar foram lidos ao outorgante e ao mesmo tempo explicado o seu conteúdo, com a advertência especial da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de dois meses a contar da presente data.



Maria Conceição F. Guilherme Leão

